

Para Onde [Es]Correr?

Fragmentos Narrativos das Enchentes de 2024 no Rio Grande do Sul

Where to Escape to? Fragments of the 2024 Floods in Rio Grande do Sul

Hacia Dónde Huir? Fragmentos de las Inundaciones de 2024 en Rio Grande do Sul

Marco Gabriel Gutiérrez

Isabela Niederauer Soares

Bruna Unfer Zuchetto

Dan Pinheiro Montenegro

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

As enchentes ocorridas em maio de 2024 no Rio Grande do Sul provocaram impactos sociais e subjetivos incomensuráveis para o estado, configurando uma verdadeira catástrofe. O objetivo deste artigo, de caráter ensaístico, é realizar uma análise documental por meio da narratividade dos acontecimentos de maio na cidade de Porto Alegre. Como método, utiliza-se a análise da produção midiática do período das enchentes, fotografias realizadas pelos autores e um relato ficcional que abrange pontos comuns entre muitos atingidos. Nesse sentido, o testemunho é um dos eixos explorados neste processo, buscando historicizar os acontecimentos, e estimular constantemente o debate e a formulação de perguntas.

Palavras-chave: Enchentes, testemunho, mudanças climáticas.

Abstract

Las inundaciones ocurridas en mayo de 2024 en Rio Grande do Sul provocaron impactos ecológicos, sociales y subjetivos inconmensurables en el estado, configurando una verdadera catástrofe. El objetivo de este artículo, de carácter ensayístico, es realizar un análisis documental a través de la a de los acontecimientos de mayo en la ciudad de Porto Alegre. Como método, se emplea el análisis de la producción mediática durante el período de las inundaciones, fotografías realizadas por los autores y un relato ficcional que abarca puntos comunes entre muchos afectados. En este sentido, el testimonio es uno de los ejes explorados

en este proceso, buscando realizar un registro de los acontecimientos y estimular constantemente el debate y la formulación de preguntas.

Keywords: Teaching; Intervention Research; Subjectivation; School

Resumen

The floods that occurred in May 2024 in Rio Grande do Sul caused immeasurable ecological, social, and subjective impacts on the state, constituting a true catastrophe. The objective of this essay-style article is to conduct a documentary analysis through the events of May in the city of Porto Alegre. As a method, it employs an analysis of media production during the flood period, photographs taken by the authors, and a fictional account that encompasses common points among many affected individuals. In this sense, testimony is one of the key elements explored in this process, seeking to historicize the events and constantly provoke debate and the formulation of questions.

Palabras clave: Floods, testimony, climate change.

Introdução

Ficar longe e protegido da chuva não foi sinônimo de estar bem durante abril, maio e junho de 2024 no Rio Grande do Sul. A pressão da água e o volume da enchente, com o passar dos dias de intensa chuva no interior do estado no final de abril, fizeram com que, em apenas quatro dias, o Rio Grande do Sul sofresse um golpe doloroso em sua história. Nenhum cálculo estatístico, modelo matemático ou outro tipo de raciocínio humano poderia prever o impacto de uma dor que perfurou a psique dos gaúchos, gerando um estado de impotência individual e social, permeado por culpa, raiva e tristeza. A população sentiu-se diminuída diante das forças do

planeta, pois as chuvas torrenciais provocaram a maior catástrofe climática já registrada no estado.

A crise gerou grandes impactos, como óbitos humanos, destruição de prédios, perda de gado e animais de produção, pets e outros animais não humanos, além da devastação de locais e objetos de valor afetivo. Trata-se de uma crise psicossocial que atingiu uma pequena parcela da humanidade, que resistiu a um evento climático catastrófico para diversas formas de vida além da humana, cada vez mais ameaçadas pelas estratégias vorazes de consumo do planeta, impulsionadas pelo lucro privado e validadas por órgãos políticos, resultando em uma forma de habitar em guerra com o planeta.

As cidades de Muçum, Eldorado e Canoas (entre muitas outras foram as principais atingidas. Embora em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, o impacto tenha sido menor, a cidade foi severamente afetada, e o foco deste ensaio centra-se nessa área de estudo.

A catástrofe tem dois eixos principais a serem abordados. O primeiro é a incontrolável força do planeta. Segundo nota técnica publicada pelo Instituto de Pesquisas Hidráulicas (IPH) em 2024, a enchente de maio foi causada por chuvas mais volumosas do que as registradas na enchente de maio de 1941 (Collischonn, 2024), quando o Guaíba atingiu o nível de 4,7 metros, causando o primeiro grande alagamento em Porto Alegre.

Diante desse evento climático, os governantes mundiais, especialmente os do Norte Global, demonstram uma resposta tardia às previsões de cenários climáticos cada vez mais frequentes e intensos. Os efeitos da globalização trouxeram problemas diretos para os países do Hemisfério Norte, evidenciando a necessidade de proteger o próprio modelo que criaram. A expansão desenfreada da exploração de recursos por poucos resultou em destruição para muitos.

Considerando que, para Milton Santos (2000) globalização seria o ápice da internacionalização do mundo capitalista, os eventos deste século indicam que os desastres causados por esse sistema de produção também se internacionalizam. De acordo com Salbert (2024), no calendário de catástrofes mundiais de 2024, registraram-se as inundações na Califórnia (EUA), entre fevereiro e a enchente em Guangdong (China); também em abril as enchentes no Rio Grande do Sul; em maio as enchentes na Flórida (EUA) provocadas pelo furacão Milton; e entre outubro e novembro as enchentes em Valência (Espanha).

No contexto das ações governamentais para o manejo da crise, o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, foi criticado pelo seu negacionismo científico em relação às mudanças climáticas, sendo lembrado por sua campanha publicitária em defesa da remoção do Muro Mauá (que protege Porto Alegre contra enchentes do Rio Guaíba) para ampliar o aproveitamento comercial da área terrestre da cidade. Além disso, projetos antigos que poderiam ter protegido as comunidades da enchente não foram executados, como a construção de 40 km de diques e casas de bombas para conter as

cheias do Rio Gravataí e do Arroio Feijó, os estudos iniciais para a macrodrenagem na bacia do Rio Rolante e ações de combate às inundações no Rio Jacuí (G1 RS, 2024).

Nesse sentido, “a crise que vivemos não é um acaso, não é uma fatalidade. De um lado, foi construída pelo negacionismo e imobilismo diante das mudanças climáticas; de outro, pelo desmonte da gestão pública, a desvalorização de seus peritos, técnicos e engenheiros”, como aponta Maria do Rosário, candidata à prefeitura de Porto Alegre nas eleições de 2024, derrotada por Sebastião Melo, atual prefeito reeleito (Araújo, 2024, n. p).

Navegando nas Águas do Passado

A paisagem de caos ia além do visível, manifestando-se em atmosferas que ultrapassavam o que podia ser enxergado: o som ensurdecedor dos helicópteros que, durante semanas, sobrevoaram os céus de Porto Alegre sem pausa. O despertador de segunda a sábado era substituído pelo ruído dos motores em busca de resgates. O cheiro de lixo, a sensação de umidade, as ruas vazias e a população lutando dia após dia para superar uma crise que parecia interminável.

A água faltava nas torneiras, mas sobrava nas ruas, nos corpos e nas mentes dos atingidos pela enchente. Era irônico que o excesso dela sufocasse a saúde física e mental, ameaçando vidas no estado, enquanto, ao mesmo tempo, sua escassez, seja em garrafas ou correndo pelas torneiras, desencadeava uma nova crise.

Com grande parte do estado afetada, Porto Alegre não escapou das consequências, sofrendo com o acesso limitado ou inexistente à água, falta temporária de recursos de limpeza e higiene, além da escassez de alimentos. Nos setores atingidos pela enchente, o fornecimento de água potável era restrito, sendo vendida em pequenas quantidades por pessoa — definidas em 12 unidades 510 mL por CPF — como observado na Figura 1.

Figura 1: Venda de Água Potável em Porto Alegre



Fonte: Arquivo pessoal.

O estado já havia enfrentado uma enchente de magnitude semelhante em 1941, quando foi registrado o maior volume de água até então. As informações da época, armazenadas no acervo do Museu Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), juntamente com a Figura 2 a seguir, capturada do alto do edifício do Clube do Comércio, situado na Praça da Alfândega, permitem visualizar a dimensão do desastre que atingiu a população.

Figura 2: Fotografia da Enchente de 1941 no Rio Grande do Sul.



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu Universitário da UFRGS (1941).

Em estudos de anos recentes, a enchente de 1941 foi considerada um dado atípico (*outlier*), ou seja, um evento climático que não acontece com frequência. Conforme Silveira et al. (2018), não havia ocorrido uma cheia de igual proporção até hoje desde aquele ano, afetando a cidade de norte a sul.

Lama até Aqui!

Fu Tuan, em seu livro intitulado “Paisagens do Medo” (2005), menciona que “os seres humanos não suportam viver em permanente estado de ansiedade” (p. 113). O Rio Grande do Sul, justamente, tornou-se um território em estado de alerta. A Figura 3 a seguir mostra uma rua do Centro Histórico alagada durante as cheias de 2024.

Figura 3: *Centro Histórico de Porto Alegre (RS).*



Fonte: Arquivo pessoal. Maio/2024

Nas ruas de Porto Alegre, começaram surgir pixos nas paredes com mensagens de militância, evidenciando uma postura crítica em relação à negligência estatal por parte da gestão pública. A inscrição “Lama até aqui” antecedida com o símbolo ($\approx$) está marcada em diversos pontos, como restaurantes, bares e estabelecimentos comerciais. Nos locais onde não há escrita, a mancha de tinta denuncia sua presença.

Figura 4: *Pixo: “Haverá Futuro?”. Rua dos Andradas, Porto Alegre (RS).*



Fonte: Arquivo pessoal. Dezembro/2024

O que fazer quando a vida que se conhecia já não é mais a mesma, quando onde havia casa, hoje há lama e destruição? A devastação chega e revela que nada permanece igual, evidenciando as fragilidades do tecido social. Sem mudanças, o ciclo de destruição se perpetua. Essa escrita também se constitui como um manifesto para lembrar que, tanto no Sul quanto no Norte Global, a crise se impõe por meio de ondas de calor, furacões e inundações. Cada vez com mais força, a Terra demonstra ser uma inteligência viva, parte de um cosmos, de uma ecologia que independe da vida humana. A existência humana, frágil, é arrastada entre guerras e exploração, conduzindo ao próprio desaparecimento.

A morte já impera no domínio de muitas realidades, pois essa política de destruição é também uma política de classes, na qual certos corpos são mais vulneráveis às mudanças climáticas. Quando a devastação acontece, os primeiros atingidos são as populações pobres e periféricas, tanto no campo quanto na cidade (Observatório da Metrópole, 2024). A necropolítica, conceito elaborado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe evidencia como a governamentalidade administra vidas e corpos humanos e não-

humanos no território. Assim, o ato de deixar morrer também faz parte da política de regulação dos territórios sob o domínio do capital (Mbembe, 2018).

Parte-se da ética de que corpo e território são organismos que se coproduzem, pois cada existência carrega as marcas dos múltiplos espaços que habita. O território não é apenas uma construção geográfica, mas também uma dimensão existencial, cultural e afetiva. Quando um bairro é arrastado pela força das águas, o que antes era móvel, roupa, eletrodoméstico e retrato de família torna-se entulho. Assim como o solo precisa ser restaurado após um processo de erosão, a reconstrução acontece com os fragmentos que permanecem e com a esperança de um futuro possível.

O caráter destrutivo impõe uma encruzilhada. O pensador alemão Walter Benjamin (1986) reflete que a destruição não ocorre para provocar mudanças positivas ou negativas — ela simplesmente chega, revira formas de vida e arrasta tudo o que um dia existiu. O momento de crise coloca diante de escolhas: permanecer como antes ou inventar novas formas de habitar? Mas que formas seriam essas? Não há caminho pronto. O recomeço se tece no coletivo nas rachaduras que esse faz no

sistema por meio de modos de vida não monetizáveis — uma ocupação, uma cozinha solidária, uma horta comunitária que se refaz e dá origem a novos plantios após os escombros. A pergunta que emerge é até que ponto a manutenção da vida depende do sistema econômico ou se esse próprio sistema é responsável por conduzir a existência aos escombros, promovendo o sucateamento do espaço público.

Quando a Casa Não Pode Ser Abrigo

As narrativas aqui se confluem, inúmeras vidas foram atingidas, cada uma em sua magnitude. A história a seguir possui caráter ficcional. Ainda assim, surge a partir de relatos reais, narrativas escutadas durante os dias de calamidade. A escolha pela cena ficcional tem a intenção de testemunhar os fragmentos, preservando o sigilo das vidas afetadas.

Júlia, de sete anos, morava desde o nascimento no bairro Sarandi, onde sua família construiu uma casa em um terreno nos fundos do pátio da avó. A água da enchente invadiu a casa no terceiro dia de chuvas. A família tentou permanecer, empurrando inicialmente a água com rodo e panos para conter a entrada pelas aberturas e frestas. Com o passar do tempo,

tudo ficou fora de controle, e objetos pessoais de maior apreço foram colocados no alto dos armários.

A menina possuía uma coleção de desenhos guardada desde os dois anos, que acabou levada pela água. A mãe, dona Marieta, perdeu as recordações de três gerações gravadas em fotos, que ficaram para trás: imagens dos avós de Júlia, registros do casamento de Marieta, a formatura da mãe no curso técnico em administração e os primeiros aniversários da filha ainda bebê.

A água, sedenta por retomar seu espaço, engoliu as lembranças da família. Além dos bens de valor inestimável, o veículo recém-adquirido pelo pai, Carlos, fruto de um empréstimo bancário, permaneceu submerso por 20 dias. A menina e seus familiares encontraram abrigo improvisado em uma escola na parte mais alta do bairro. A sala foi compartilhada com vizinhos do Sarandi e também com pessoas de outras regiões da cidade, que, sem ter para onde ir, buscavam refúgio longe de seus territórios cotidianos.

Os dias foram marcados pelo desamparo, pela escassez de recursos e pela falta de água para higiene pessoal e lavagem de roupas. Conforme as semanas

avançavam, a enchente recuou das ruas, deixando para trás lama e o odor de esgoto impregnado no lodo que secava sobre calçadas, muros e residências da cidade portuária.

As famílias organizaram mutirões para limpar as casas. Toneladas de entulho foram descartadas, incluindo móveis inutilizados pela água, eletrodomésticos danificados e objetos pessoais perdidos. Nos bairros periféricos, o acúmulo de destroços permaneceu nas ruas por meses, aguardando o serviço de limpeza da prefeitura.

Enquanto no Centro Histórico e no Menino Deus, havia pressa para restaurar a normalidade o mais rápido possível. Nos bairros Rubem Berta, Humaitá, Sarandi, Vila Farrapos e outros, mesmo seis meses após as cheias, as marcas do nível da água ainda eram visíveis em muros e residências, evidenciando as rachaduras de um estado em ruínas, como ilustra a Figura 5.

Figura 5: *Festa Julina da Comunidade Cobal, Vila Farrapos, Porto Alegre (RS).*



Fonte: Arquivo pessoal. Julho / 2024

“Não é hora de Apontar Culpados”

Corria-se da água e atrás de água; a mídia incansável divulgava as paisagens emergidas, mostrando que o nível hídrico não baixava, enquanto a saudade de casa lembrava isso 24 horas por dia. Imediatamente, para aqueles diretamente atingidos, manifestou-se o povo pelo povo: cozinhas solidárias entregando marmitas para os abrigos ou para as pessoas acampadas na BR; grupos de WhatsApp servindo de canal de informação para resgate, localização de parentes ou amigos; pontos de coleta para doações de roupas, itens de higiene e medicamentos.

Enquanto a prioridade era salvar vidas, o que emergia nas cenas daquele cotidiano destruído? Buscando reconstruir a tessitura histórica que levou à catástrofe anunciada, começaram os questionamentos sobre os fatores causais do desastre. Por outro lado, o governador Eduardo Leite afirmou, em entrevista coletiva, que não era hora de apontar culpados. Mesmo com essa tentativa de desviar da discussão sobre a responsabilização do desastre, a sociedade e algumas instituições ambientalistas rememoraram as políticas enfraquecidas nos últimos anos que teriam contribuído com o desastre, como a alteração do Código Ambiental em 2020 pelo próprio governador, aprovada em regime de urgência.

Mas o desastre não era apenas ambiental, era também social. Um mapa produzido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul mostrou a relação entre as áreas alagadas e a renda mensal dos atingidos na região metropolitana, evidenciando como o desastre deixou a população vulnerável ainda mais desprotegida (Observatório da Metrópole, 2024).

Um estudo intitulado “O Desastre Hidrológico Excepcional de Abril-Maio de 2024 no Sul do Brasil” apontou as falhas

generalizadas no sistema de proteção contra as cheias que causaram a inundação de vários bairros da Região Metropolitana de Porto Alegre, inclusive aqueles que não se acreditava serem impactados pelas águas. Entre as falhas estavam diques de defesa rebaixados anteriormente ou nunca construídos na altura prevista, um sistema de drenagem urbana operando defeituosamente, comportas colapsadas ou com diversas brechas por onde a água vazava e moradias construídas sobre ou ao lado de diques de terra (Collischonn et al., 2024).

Além das falhas estruturais dos mecanismos de defesa contra inundações, a desorganização do Estado e da Prefeitura de Porto Alegre expôs milhares de pessoas ao salve-se quem puder. Com uma lacuna de tempo para divulgar as informações sobre o risco do Guaíba invadir cada vez mais os bairros da cidade, moradores tiveram que sair às pressas de suas casas, como os residentes do bairro Sarandi. Avisados sobre o reforço do dique pelo engenheiro responsável e pelo secretário de obras, o prefeito Sebastião Melo solicitou que a comunidade se tranquilizasse, sugerindo que buscassem um local seguro (Sul21, 2024).

Ora, divulgar que o muro de proteção da comunidade estava sendo reforçado, mas sugerir que os moradores procurassem um local seguro, não é a melhor forma de assegurar a integridade da população, certo? Indicar uma suposta segurança para permanecer onde estavam, em um momento em que a prevenção deveria exigir evacuação imediata diante de qualquer suspeita de risco de rompimento, revela um paradoxo preocupante.

No livro “No tempo das catástrofes” de Isabelle Stengers (2015), a autora propõe uma discussão acerca do progresso no capitalismo, acusando que nos princípios desse modelo não está incorporado o que ela chama de “a arte de ter cuidado” (STENGERS, 2015). No tempo das catástrofes nos deparamos com a falta de cuidado, onde a liberdade de empreender prevalece sob qualquer risco. Na sua ausência, tudo vira oportunidade de inovação.

Algumas pistas na política da cidade apontam para a perda da arte de ter cuidado. Na cidade do Guaíba, em 2017, extinguiu-se o Departamento de Esgotos Pluviais (DEP), criado nos anos 70 para cuidar do escoamento das águas e evitar alagamentos na cidade, e que nos anos 90 passa a ser responsável por todo cuidado do

sistema de proteção contra as cheias, incluindo a manutenção dos diques e do Muro da Mauá (DEP/POA 2024). Muro esse em processo de desestatização através de um contrato de concessão para iniciativa privada, cuja promessa é a urbanização do espaço e a substituição do muro por uma “barreira alternativa” para contenção das cheias.

Haverá Futuro?

O artigo apresentou um contexto em que profissionais de saúde e de educação estão trabalhando juntos em uma abordagem interdisciplinar para promover saúde nas escolas. Isso está relacionado ao conceito de "trabalho vivo", como postulado por Emerson Merhy (2014), que se concentra na colaboração e na ação conjunta de profissionais de diferentes áreas em busca de objetivos comuns.

Merhy é conhecido por sua abordagem no campo da saúde pública, onde ele defende a importância do trabalho colaborativo entre profissionais de saúde, como médicos, enfermeiros e outros, a fim de melhorar a qualidade da atenção à saúde. Ele argumenta que o "trabalho vivo" é aquele que ocorre no encontro direto entre os profissionais de saúde e os pacientes e

ênfatisa a importância da interação humana, da troca de conhecimentos e experiências, e da construção conjunta de soluções para problemas de saúde.

Na pesquisa, vemos que os profissionais de saúde e educação estão se reunindo para avaliar seu trabalho conjunto na promoção de saúde nas escolas. Eles discutem como a escola pode ser um local para promover a saúde de forma integrada e destacam a importância da colaboração entre esses profissionais para atingir esse objetivo. Essa abordagem se alinha com o conceito de "trabalho vivo" de Merhy (2014), que enfatiza a importância da colaboração e da ação conjunta na busca por soluções de saúde mais eficazes.

O conceito de rizoma, proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995-1997), descreve uma estrutura não hierárquica e não linear que se expande de maneira conectada e imprevisível, o oposto de uma estrutura hierárquica e linear. O rizoma é caracterizado por sua natureza descentralizada e sem um ponto de origem definido, onde as conexões se estendem em várias direções. Isso pode ser relacionado ao contexto da pesquisa com as conexões que foram se tecendo.

A pesquisa descreve os encontros entre os profissionais de saúde e educação

como "micropolíticos" e intensamente pedagógicos, com trocas de saberes e fazeres. Isso reflete a ideia de um rizoma, onde o conhecimento e as práticas fluem de forma constante e imprevisível, em vez de seguir uma estrutura hierárquica rígida. O trabalho conjunto dos profissionais de saúde e educação em busca da promoção da saúde na escola envolve a colaboração de diferentes áreas de conhecimento. Essa colaboração não segue uma hierarquia fixa, mas se estende em várias direções, onde diferentes perspectivas e especialidades se entrelaçam, o que é congruente com o conceito de rizoma.

A relação entre a produção de subjetividade na intersetorialidade, o conceito de rede viva (Merhy, 2014) e o rizoma de Deleuze e Guattari (1995-1997), são bastante evidentes no contexto descrito nesta pesquisa. A seguir, tem-se a conexão entre esses conceitos:

A Produção de Subjetividade na Intersetorialidade envolve a colaboração e a interação entre diferentes setores ou áreas, como saúde e educação. Essa colaboração leva à produção de novas subjetividades, ou seja, à formação de novas maneiras de pensar, agir e se relacionar. Na pesquisa, os profissionais de saúde e educação estão trabalhando juntos para promover a saúde

nas escolas, o que implica a produção de uma subjetividade compartilhada que visa à promoção da saúde na comunidade escolar.

O conceito de rede viva se refere a uma estrutura de colaboração e interconexão em constante evolução. As redes vivas são adaptativas, não hierárquicas e flexíveis. Na pesquisa-extensão, os profissionais de saúde e educação estão construindo uma rede viva por meio de seus encontros, onde ocorrem trocas de conhecimento, experiências e práticas. Essa rede viva é caracterizada pela fluidez e flexibilidade, sem estruturas de poder rígidas, refletindo o conceito de rizoma. O rizoma é uma metáfora que descreve uma estrutura não hierárquica, onde as conexões se estendem em várias direções, sem um ponto de origem fixo. Os profissionais de saúde e educação estão operando em uma configuração semelhante a um rizoma, onde as colaborações e interações ocorrem de maneira não linear e sem uma hierarquia estrita. As conexões entre os profissionais se estendem em várias direções, e a produção de subjetividade é uma consequência desse processo.

Em resumo, a pesquisa-extensão movimentou um cenário em que a intersetorialidade entre saúde e educação

resulta na formação de uma rede viva, onde os profissionais colaboram em um sistema não hierárquico, o que, por sua vez, promove a produção de subjetividade compartilhada. Essa dinâmica reflete os princípios do rizoma de Deleuze e Guattari (1995-1997), onde as conexões são múltiplas, imprevisíveis e em constante evolução.

O processo de pesquisa-extensão tensionou e ressignificou o papel da pesquisa e da extensão dentro da universidade, promovendo um diálogo constante entre a prática de pesquisa e a extensão universitária. Atuou como um articulador e facilitador dos encontros entre profissionais da saúde e da educação. Os participantes da pesquisa contribuíram ativamente para a construção da extensão, o que fortaleceu a experiência de ensino em interação direta com a universidade.

Através da pesquisa-extensão, a universidade reafirmou o conceito de indissociabilidade de seus três pilares: ensino, pesquisa e extensão. Esse movimento não apenas aproximou a universidade da comunidade de maneira mais eficaz, mas também desencadeou uma série de encontros entre os serviços de saúde e educação, tornando visíveis os processos de subjetivação e promovendo o

diálogo e a criação de novas práticas no território.

A metodologia aplicada promoveu um diálogo constante entre pesquisa e extensão universitária, integrando o ensino para questionar e refletir sobre as práticas do cotidiano. Essa abordagem, inspirada na pesquisa-intervenção da Análise Institucional, deu origem ao que chamamos de pesquisa-extensão. Nesse modelo, a extensão universitária não só complementa a pesquisa, mas também cria oportunidades para encontros colaborativos entre universidade, profissionais e comunidade. Os dados revelam que essa combinação sugere novas alternativas pedagógicas e práticas de intervenção, estabelecendo uma relação ética e ativa, em que todos os envolvidos participam da criação de soluções. Assim, a pesquisa deixa de ser apenas uma análise e passa a ser também um processo transformador, que intervém e contribui para mudanças verídicas nas realidades locais.

Ao promover o encontro entre os serviços de saúde e educação, tornou-se evidente a criação de linhas de subjetivação, nas quais os profissionais se reconheceram mutuamente como parceiros e compartilharam suas práticas. Esse intercâmbio fortaleceu a ideia de um

trabalho em rede intersetorial, onde as ações se tornam mais integradas e colaborativas. O movimento dessas linhas de subjetivação é o que gera mais recursos e possibilidades para aprimorar e expandir as ações no cotidiano, tornando o trabalho conjunto mais dinâmico e eficaz na transformação das realidades locais.

Referências

- Araújo, L. A. (2024). Eleição em Porto Alegre: qual o peso das enchentes na capital que ficou submersa? *BBC News Brasil*.
<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c6254vpel6vo>
- Benjamin, W. (1986). *Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos*. (1986) Seleção e apresentação Willi Bolle (pp. 187-188). Trad. Celeste H. M. Ribeiro de Sousa *et al.* São Paulo, Cultrix/Edusp.
- Carlesso, A. (2024). “Ecologia”. *Newsweek*.
<https://www.newsweek.com.ar/ecologia/brasil-podria-volverse-inhabitable-para-2070-cuales-son-los-motivos-segun-la-nasa/>
- Collischonn, W. *et al.* (2024). *Chuva da cheia de 2024 foi mais volumosa e intensa que a da cheia de 1941 na bacia hidrográfica do Guaíba*. Instituto de Pesquisas Hidráulicas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
<https://www.ufrgs.br/iph/wp-content/uploads/2024/06/Comparacao-2024-e-1941-final.pdf>
- Collischonn, W. *et al.* (2025). The exceptional hydrological disaster of April-May 2024 in southern Brazil. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos – RBRH*, ISSN 1415-4366. V. 1, 2025.
<https://www.hydroshare.org/resource/d9e5c2ffb49a4b729b240f3eb3084ff4/>
- Departamento de Esgotos Pluviais de Porto Alegre (DEP/POA). (2024).
https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p_secao=63
- g1 RS. (2024). 'Não erramos pela negligência, omissão e negacionismo', diz Eduardo Leite sobre enchentes. *Globo*. 21/05/2024. Rio Grande do Sul.
<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/21/eduardo-leite-entrevista-enchentes.ghtml>
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições.
- Museu Universitário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). (1941). "A TRÁGICA BELEZA NA CIDADE ALAGADA".
<http://hdl.handle.net/10183/9210>
- Observatório da Metrópole. (2024). Núcleo Porto Alegre analisa os impactos das enchentes na população pobre e negra do Rio Grande do Sul. *Observatório da Metrópole*.
<https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2024/05/o->

[que-sao-eventos-climaticos-extremos-e-por-que-eles-sao-tao-perigosos](#)

Possantti, I., Müller, J., & Ruhoff, A. (2024). *Cheias no Rio Grande do Sul - Base de dados e informações geográficas na Região Hidrográfica do Lago Guaíba e na Lagoa dos Patos em 2024*. UFRGS.

<https://storymaps.arcgis.com/stories/a81d69f4bccf42989609e3fe64d8ef48>

Prefeitura de Porto Alegre. (2025). Código Ambiental do Rio Grande do Sul https://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p_secao=63

Salbert, S. (2024). Furacões, secas e inundações: os desastres naturais que marcaram 2024. *Revista Veja*. <https://veja.abril.com.br/mundo/furacoes-secas-e-inundacoes-os-desastres-naturais-que-marcam-2024>

Santos, M. (2000). Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Record.

Silveira, A. L., Dornelles, F., Goldenfum, J., Possa, T., Collischon, W., & Moares, S. (2018). Implicações da ausência de dispositivos de proteção na área urbana de porto alegre: análise da cheia de 1948 (2018). In *Encontro Anual de Águas Urbanas* (12. 2018 nov. Maceió, AL). Anais do XII ENAUJ. Porto Alegre: ABRHidro. <http://hdl.handle.net/10183/188097>

Stengers, I. (2015). No tempo das catástrofes. São Paulo: Cosac e Naify.

Sul21. (2024, maio). Melo nega rompimento de dique no Sarandi, mas pede que comunidades fiquem ‘atentas’. *Sul21*.

<https://sul21.com.br/noticias/geral/2024/05/melo-nega-rompimento-de-dique-no-sarandi-mas-pede-que-comunidades-fiquem-atentas/>

Tuan, Y. F. (2005). *Paisagens do Medo*. Calamidades naturais e fome. São Paulo. Editora UNESP, 2005. Trad. Livia de Oliveira.

Marco Gabriel Gutiérrez: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9324-7405>

E-mail: gomgagu@gmail.com

Isabela Niederauer Soares: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3801-9500>

E-mail: isabelaniederauer@gmail.com

Bruna Unfer Zuchetto: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6812-9204>

E-mail: brunferzuchetto@gmail.com

Dan Pinheiro Montenegro: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7218-8354>

E-mail: psidanpmentenegro@gmail.com

Submetido em: 21/01/2025

Aceito em: 20/02/2025

Contribuição dos autores:

Concepção: M. G. G.; I. N. S.; B. U. Z

Coleta: M. G. G.; I. N. S.; B. U. Z
Redação do manuscrito: M. G. G.; I. N. S.;
B. U. Z; D. P. M.
Análise dos dados: M. G. G.; I. N. S.; B.
U. Z
Revisão e edição: M. G. G.; I. N. S.; B. U.
Z; D. P. M.

Financiamento: Através de fomento da
bolsa de doutorado fornecida pela
Coordenação de Aperfeiçoamento de
Pessoal de Nível Superior (Capes).
